

PLENÁRIO NACIONAL DE TRABALHADORES DA CP E DO GRUPO IP

11 Julho 2024 – Lisboa

A divisão da CP entre operação e infraestrutura foi uma má opção do Governo Português como se prova hoje pelo estado do serviço ferroviário que o país tem, opção que foi agravada com a fusão da REFER e EP.

As populações têm hoje pior serviço, encerraram-se várias linhas, fecharam-se muitas bilheteiras e transportam-se, hoje, menos passageiros e menos mercadorias. Comprometeu-se com aquela opção o desenvolvimento sustentável do país e a sua coesão territorial.

Paralelamente, os governos incentivaram as empresas a reduzir o número de trabalhadores, o que foi trágico num setor altamente especializado como o ferroviário. Impediu-se a transmissão de conhecimento entre gerações, não se acautelando a contratação de trabalhadores, o que se reflete hoje na capacidade de resposta dos vários setores de atividade destas empresas.

O caminho errado na aposta das PPP Rodoviárias revelou-se desastroso, provocando, na então Estradas de Portugal, um enorme esvaziamento de quadros técnicos e operacionais, altamente qualificados, refletindo-se, hoje, na IP essas mesmas consequências, levando a um constante recurso a “*outsourcing*”.

As obras em infraestruturas arrastam-se, com atrasos de tal ordem que, nalguns casos, ninguém sabe sequer prever a sua conclusão, como é o caso da Linha da Beira Alta. A IP mais depressa cede património ferroviário para fins privados, do que investe no garante das boas condições das estações, porta de entrada no sistema ferroviário dos passageiros que ainda vão resistindo.

A renovação da frota da CP marca passo nos tribunais, comprometendo o interesse do país em detrimento das grandes multinacionais. A empresa foi multada em cerca de 16% do seu resultado positivo, por incumprimento do serviço público (atrasos por culpa própria, falta de fiscalização e falta de trabalhadores para garantir o serviço).

Os trabalhadores perguntam-se que multa teria o governo pelos garrotes impostos à CP e à IP, na contratação de trabalhadores e, sobretudo, na sua retenção por atratividade de carreira, na passagem do conhecimento, no garante da sua especialização. Perguntam-se, também, que multa teria o governo pelas cativações que impõe, pelas autorizações de despesa que marcam passo e pela falta de autonomia de gestão que estrangula a CP. Perguntam-se, ainda, que multa teriam os responsáveis da IP, nas prioridades da gestão do património ferroviário, pela falta de informação aos passageiros e nos constantes atrasos na execução das obras em curso...

Uma coisa é evidente para nós: não há ferrovia sem ferroviários, nem rodovia sem rodoviários! As lógicas economicistas nos salários e na valorização das carreiras, que levam à incapacidade das empresas em reterem trabalhadores,

de contratarem os necessários e darem-lhes formação adequada, de garantirem a transmissão de conhecimento, têm como consequência o subdesenvolvimento crónico da mobilidade das populações.

Este ciclo vicioso só se quebra investindo nos profissionais da CP e da IP. Em todos, sem exceção, uma vez que todas as especialidades têm carências severas de efetivos!

A solução não pode ser a proposta pelas administrações, de forçarem os trabalhadores que vão restando a aguentarem mais trabalho extraordinário, ou a serem “pau para toda a obra”, contrariando tudo o que se apregoa sobre a conciliação entre a vida profissional e pessoal, acabando com a especialização. Recusamos a polivalência que nos querem impor, certos que isso só conduzirá a um pior serviço, com maior risco de segurança para passageiros, populações e trabalhadores!

Na CP e nas empresas do grupo IP, são os trabalhadores/as a única garantia da prestação de um serviço público de qualidade e seguro, pelo que urge inverter a desvalorização profissional e salarial.

Assim, os trabalhadores/as da CP e das empresas do grupo IP reunidos/as em plenário, consideram ~~que~~:

1. É necessário dar resposta aos problemas e reivindicações dos trabalhadores/as, em particular na valorização das carreiras profissionais e salariais, o que, sendo uma necessidade para quem trabalha, é essencialmente, estratégico para as empresas, porque sem trabalhadores/as estas não funcionam;
2. Exigir o alargamento do ACT da IP a todos os trabalhadores e acabar com as injustiças e discriminações entre trabalhadores;
3. É urgente exigir ao governo e às administrações, que tudo façam para reforçar os quadros de pessoal das empresas, com um recrutamento sério, que contrarie o caminho do esvaziamento de pessoal;
4. O reforço da unidade entre os trabalhadores, a partir do local de trabalho, é fundamental para dar força às reivindicações de quem trabalha;
5. Depois deste plenário as organizações de trabalhadores devem unir esforços, no sentido de dar expressão às reivindicações e aspirações dos trabalhadores, dinamizando todas as ações e lutas que se mostrarem necessárias.

Lisboa, 11 de Julho de 2024